Tribunal da Relação de Évora
Processo nº 69/10.0GBVVC.E1

Relator: SÉNIO ALVES

Sessão: 11 Outubro 2011

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: RECURSO PENAL

Decisão: PROVIDO

ACUSAÇÃO PARTICULAR

REJEIÇÃO DA ACUSAÇÃO

Sumário

«Não é manifestamente infundada, nos termos do artº 311º, nº 3, al. a) do CPP, a acusação onde o arguido esteja identificado pelo seu nome e, por remissão para o auto de denúncia, pela sua residência».

Texto Integral

ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, OS JUÍZES QUE COMPÕEM A 2ª SECÇÃO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA:

I. No processo que, com o nº 69/10.0GBVVC corre termos no Tribunal da comarca de Viça Viçosa, JM constituiu-se assistente e, no termo do inquérito, deduziu acusação particular, acompanhada pelo Ministério Público.

O Mº juiz, contudo, rejeitou a acusação particular, entendendo que a mesma é completamente omissa quanto à identificação do arguido.

Inconformado, o assistente recorreu pedindo a revogação dessa decisão e extraindo da sua motivação as seguintes conclusões (transcritas):

«1. Considerou o Mº juiz que a acusação apresentada pelo assistente é completamente omissa quanto à identificação do arguido.

2. A identificação do arguido surge desde logo, não no cabeçalho da peça, mas sim na parte da peça em que é individualizado o tipo legal de crime “Difamação” de que o arguido é acusado.

3. *O arguido JG está devidamente identificado contemplando-se apenas e tão-somente o arguido JG, uma vez que foi este e só este que foi constituído arguido nos autos de que ora se recorre.*
4. *O Assistente, na sua peça processual de acusação particular identificou o referido arguido JG como arguido e destinatário da acusação.*
5. *O Ministério Público recebeu e acompanhou a acusação do Assistente.*
6. *Não se conforma o assistente com o duto despacho que vem rejeitar a acusação particular uma vez que só por mero lapso poderá o juiz do tribunal a quo considerar a acusação particular manifestamente infundada.*
7. *O meritíssimo juiz a quo ao rejeitar a acusação particular por considerá-la, por força da alínea a) do nº 3 do artº 311º do CPP, manifestamente infundada, não interpreta correctamente o espírito e a letra da mesma norma.*
8. *De facto, a interpretação que tem sido seguida pela jurisprudência vai no sentido de apenas se rejeitar a acusação quando não há arguido, ou seja, a omissão completa da identificação do arguido, o que não sucede no caso em apreço.*
9. *O juiz do tribunal a quo ao proferir o despacho com base no art. 311º, deveria oficiosamente colmatar a deficiência, convidando o assistente a completar a identificação, ou remetia o processo para julgamento.*
10. *Pugna o assistente pela revogação do despacho recorrido e pela substituição do mesmo por outro despacho que ordene o recebimento da acusação,*
11. *Ou por um despacho que venha convidar o assistente a suprir a suposta deficiência».*

Respondeu o Ministério Público, pugnando pela procedência do recurso e extraindo da sua resposta as seguintes conclusões (igualmente transcritas):

«1. Nos presentes autos, por despacho datado de 25-03-2011, o Meritíssimo Juiz do tribunal a "quo" considerou que a acusação apresentada pelo assistente é completamente omissa quanto à identificação do arguido.

2. *Acontece que analisada a acusação oferecida pelo assistente, constata-se que o nome do arguido, JG, surge na parte da referida peça processual, em que é especificado o tipo legal de crime "Difamação" de que o arguido é acusado.*

3. *Nos termos do artigo 283.º, n.º 3, al. a) ex vi artigo 285.º, n.º 3 C.P.P., aplicável à acusação particular, a acusação deve conter "as indicações tendentes à identificação do arguido".*

4. *Não impondo a lei que o arguido seja nomeado, ou seja, que seja identificado por elementos específicos, será suficiente a indicação feita in casu.*

5. *As indicações tendentes à identificação do arguido visam evitar que haja dúvidas sobre quem é a pessoa acusada e vai ser submetida a julgamento, é um problema de identidade da pessoa a julgar, mas também da pessoa que se vai defender, por lhe ser imputada uma acção delituosa, e visa exactamente possibilitar a essa pessoa - a acusada - de se defender - incluindo não ser ela a autora dos factos, pondo desde logo em causa a sua qualidade material de arguida.*

6. *Entende o Professor Germano Marques da Silva, in Curso de Processo Penal, III vol., Verbo, 3º ed. 2009, pág. 205 que: "O artigo 311.º parece ter querido transformar a nulidade sanável do art.º 283.º, n.º 3 al. a) em nulidade de conhecimento oficioso. Parece-nos porém, que se deve entender ser apenas caso de acusação manifestamente infundada a falta de arguido e não apenas a deficiência da sua identificação na acusação, quando suprível com outros elementos constantes do processo, salvo se arguida a nulidade."*

7. *Diversamente do que ocorre com a acusação que se refere aos "elementos tendentes à identificação do arguido", o artigo 311.º, n.º 3, al. a) do C.P.P. é mais preciso "não contenha a identificação do arguido".*

8. *Tem se admitido que basta para preencher esse conceito normativo de identificação do arguido, não apenas a identificação completa do arguido, mas também a indicação do seu nome e remetendo a restante identificação para documentos dos autos, ou referenciando algum documento oficial, e que a acusação apenas deverá ser submetida à sanção da rejeição quando essa (é) totalmente omissa quanto à identificação do arguido.*

9. *Como se pode comprovar pela decisão do Tribunal da Relação de Lisboa de 26/9/2001: "O art.º 311.º n.º 3, al. a) CPP deve ser interpretado restritivamente, no sentido de que só a total omissão da identificação do arguido é causa de rejeição da acusação (...) bastará a indicação do nome, seguida de remissão para o local dos autos onde essa identificação esteja completa" não sendo causa de rejeição da acusação a não indicação nesta dos elementos de identificação previstos nos artigos 141.º n.º 3 ou 342.º CPP".*

10. *A Jurisprudência tem assumido que "a acusação não pode ser rejeitada com o fundamento de que não contém a identificação do arguido, se nela se indica o nome", in Ac. R.P. de 15.10.2007; "a identificação da arguida pelo seu nome e complementada pelos «sinais dos autos» que essencialmente vêm referidos na acusação do MP, permite considerar minimamente satisfeita a exigência constante da al. a) do n.º 3 do art. 283⁰ do CPP, não devendo por isso ser rejeitada a acusação particular", in Acórdão da Relação do Porto, de 02.04.2008; "é lícita a identificação do arguido na acusação, por remissão para auto constante do processo. Só a total omissão da identificação do arguido é causa de rejeição da acusação", in Acórdão da Relação de Lisboa, de 07.03.2001.*

11. *É constante e claro o entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre esta questão e que nos presentes autos a acusação particular e o documento em que a mesma se insere não são omissos totalmente na indicação de qualquer elemento relativo à identificação do arguido.*

12. *Não se verificando a omissão total de qualquer elemento de identificação do arguido na acusação, não deve a mesma ser rejeitada por manifestamente infundada».*

Nesta Relação, a Exm^a Procuradora-Geral Adjunta emitiu parecer, aderindo à posição expressa pelo M^oP^o em 1^a instância. Cumprido o disposto no art^o 417^o, n^o 2 do CPP, não houve resposta.

II. Realizado exame preliminar e colhidos os vistos, cumpre decidir.

Sabido que são as conclusões extraídas pelo recorrente da respectiva motivação que delimitam o âmbito do recurso - art^{os} 403^o e 412^o, n^o 1 do CPP - cumpre dizer que em discussão nos presentes autos está o saber se a simples menção, na acusação, do nome do arguido equivale à sua não identificação e à consideração daquela peça como *manifestamente infundada*.

Assim decidiu a M^a juíza *a quo* no despacho recorrido:

«Autue como processo Comum, com intervenção do Tribunal Singular.
O Tribunal é competente.

Dispõe o artigo 311.º do Código de Processo Penal que se o processo tiver sido remetido para julgamento sem ter havido instrução, o presidente despacha no sentido de rejeitar a acusação, se a considerar manifestamente infundada.

Considera-se manifestamente infundada a acusação quando esta **não contenha a identificação do arguido**; a narração dos factos; se não indicar as disposições legais aplicáveis ou as provas que a fundamentam; ou se os factos não constituem crime (n.º 3 da aludida disposição legal).

Dispõe o artigo 283.º n.º 3, do Código de Processo Penal que a acusação contém, sob pena de nulidade, "*a) **as indicações tendentes à identificação do arguido**. b) a narração, ainda que sintética, dos factos que fundamentam a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança, incluindo, se possível, o lugar, o tempo e a motivação da sua prática, o grau de participação que o agente neles teve e quaisquer circunstâncias relevantes para a determinação da sanção que lhe deve ser aplicada*".

No caso *sub judice*, e compulsada a acusação particular, de fls. 71 a 74, deduzida pelo assistente JM, acompanhada pelo Ministério Público (cfr. fls. 75), constata-se que não consta a identificação do arguido, existindo uma omissão completa da sua identificação.

O que a lei pretende é uma identificação que permita ter por garantido que a pessoa é acusada precisamente aquela que o devia ser e não uma qualquer outra (*neste sentido, entre muitos outros, Acórdãos do TRL, de 16/3/2006, de 10/11/2005, e de 20/12/2001, do TRC, de 3/12/2003, do TRP de 8/6/2005, todos in www.dgsi.pt*).

Pelo que, a acusação particular de fls. 71 a 74, ao ser completamente omissa quanto à identificação do arguido, não pode ser recebida, por ser manifestamente infundada.

Pelo exposto, ao abrigo do disposto no artigo 311º. nºs 2 e 3, do Código de Processo Penal, **rejeito a acusação** deduzida pelo assistente JM, a fls. 71 a

74, por a mesma ser manifestamente infundada.

Custas a cargo do assistente, fixando a taxa de justiça em 1 UC (...)».

III. Apreciando:

Nos termos do disposto no artº 283º, nº 3 do CPP (aplicável à acusação particular deduzida pelo assistente, por força do estatuído no artº 284º, nº 2 do mesmo diploma legal), a acusação contém, entre o mais e sob pena de nulidade, (a) as indicações tendentes à identificação do arguido, (b) a narração dos factos que fundamentam a aplicação de uma pena, (c) a indicação das disposições legais aplicáveis, (d) o rol de testemunhas.

A boa técnica mandaria que tais indicações constassem pela ordem por que vêm descritas no preceito legal referido. Assim e desde logo, a identificação do arguido deveria ser o primeiro elemento constante da acusação.

Assim não sucede na acusação particular dos autos: o assistente deduziu acusação particular, “o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes”, descrevendo de imediato os factos pretensamente justificativos da aplicação de uma pena. Formula, de seguida, as suas conclusões de direito (indicando as normas legais aplicáveis) e termina desta forma: “Nestes termos e nos mais de direito acusa-se o arguido: **JG**, profissão desconhecida, residência desconhecida. 1. Como autor material na forma consumada, pela prática do crime de **Difamação** p.p. nos termos do artº 180º, nº 1”. Por fim, indica a prova testemunhal.

Na descrição da factualidade apontada ao arguido, o assistente refere-se-lhe sempre como “o denunciado”. No auto de denúncia dos autos (fls. 4) o denunciado é identificado como “JG, residente em Terreiro do Paço, Vila Viçosa”.

Posto isto:

Deve ser rejeitada a acusação manifestamente infundada, considerando-se como tal “quando não contenha a identificação do arguido” – artº 311º, nºs 2, al. a) e 3, al. a) do CPP.

Uma interpretação sistemática do preceito, efectuada na devida conjugação com a estatuição decorrente do artº 283º, nº 3, al. a) do CPP, impõe que se

conclua que a acusação que não contém a identificação do arguido é aquela que não contém as indicações tendentes à sua identificação.

No caso dos autos, o arguido está identificado pelo seu nome e, por remissão para o auto de denúncia, pela sua residência.

Assim, dizer (como o faz a M^a juíza *a quo*) que a acusação dos autos é “*completamente omissa quanto à identificação do arguido*” só pode derivar de mero lapso.

Da acusação particular consta expressamente o nome do arguido. Pela remissão para o auto de denúncia, retira-se a sua residência. Não constituindo, naturalmente, a identificação completa do arguido (que prestou TIR nos autos – fls. 48 – e se mostra completamente identificado no auto do seu interrogatório – fls. 50), os elementos fornecidos traduzem-se em indicações suficientes, tendentes à sua identificação, sem margem para dúvidas. Não existe, assim, fundamento para a rejeição da acusação, porquanto a mesma se não mostra manifestamente infundada.

A questão ora em apreço foi já objecto de intensa abordagem jurisprudencial, num sentido que nos parece unívoco e coincidente com o aqui defendido. É que, como se afirma no Ac. RP de 20/12/2006 (rel. Joaquim Gomes), www.dgsi.pt, “- a razão de ser da exigência legal sobre a identificação o mais completa possível do arguido, prende-se com as garantias constitucionais dos seus direitos de defesa, de modo a não deixar dúvidas sobre a pessoa concreta que está a ser acusada e poderá vir ser sujeita a julgamento;

- a indicação apenas do seu nome corresponde a uma mera irregularidade, que deve considerar-se sanada se não for invocada por quem tem legitimidade para isso e no momento próprio, nos termos previstos no art. 123.º;

- a acusação só será manifestamente infundada, para efeitos de rejeição, por omissão total da identificação do arguido, ou seja, quando nem sequer o seu nome é mencionado, gerando a nulidade do respectivo libelo;

- a rejeição nos casos em que falta a identificação completa do arguido, mas onde consta o seu nome, criaria um desproporcionado obstáculo ao direito de acesso ao direito, contemplado no art. 20.º, n.º 1 da C. Rep.”; no mesmo sentido, cfr. entre outros e a título meramente exemplificativo os Acs. RP de 29/11/2006 (rel. Guerra Banha), 15/10/2007 (rel. Élia São Pedro) e 23/3/2001

(rel. José Carreto), da RC de 3/12/2003 (rel. Jorge Dias) e 14/6/2006 (rel. Luís Ramos) e da RL de 27/5/2009 (rel. Pedro Mourão), todos in www.dgsi.pt..

IV. São termos em que, sem necessidade de mais considerações, acordam os juízes desta Relação em conceder provimento ao recurso, revogando a decisão recorrida e ordenando a sua substituição por outra, que, caso não exista nenhum outro motivo, receba a acusação particular deduzida pela assistente e o acompanhamento daquela pelo M. P.

Não é devida tributação.

Évora, 11 de Outubro de 2011 (processado e revisto pelo relato

Sénio Manuel dos Reis Alves

Fernando Ribeiro Cardoso